

Decisão sobre mandato desloca presidenciais

Dos 10 que saem à frente, alguns podem preferir os quatro anos e outros ganham os cinco

Antes mesmo que se defina a data da sucessão do presidente Sarney as candidaturas estão postas. Nada menos que 10 presidenciais já estão no páreo, de turbinas aquecidas, aguardando apenas a sinalização da Comissão de Sistematização para a arrancada definitiva ou um recuo estratégico. Se a decisão de hoje for por diretas-88, ninguém vai esperar a consagração do resultado pelo plenário da Constituinte. Mesmo porque, será difícil revertê-lo — seja pelo impacto psicológico, seja pelo atropelo das candidaturas nas praças.

Do contrário, aprovando-se hoje um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, pelo menos dois dos 13 presidenciais terão, ainda assim, um encontro com o povo ainda este mês. São eles Leonel de Moura Brizola (PDT) e Luiz Ignácio Lula da Silva (PT), que têm pronta uma estraté-

gia para relançamento da campanha das diretas-88. A partir da última semana de novembro, eles promoveriam comícios no Rio, S. Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte. Já o PMDB, que perde com a eleição solteira de 89, corre riscos grandes também com eleições em 88, em função da crise econômica e do desgaste do poder.

O quadro da campanha sucessória, no dia em que a Sistematização vota o mandato do presidente Sarney, é mostrado pelo CORREIO com as posições de cada um dos presidenciais: Brizola, Lula, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Orestes Quêrcia, Dilson Funaro, Aureliano Chaves, Antônio Ermírio de Moraes, Jarbas Passarinho, e João Figueiredo. Por fora, podem ser lembrados Ulysses Guimarães, José Richa e o general Leônidas Pires Gonçalves.

"Eleição solteira" ajuda Brizola

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Dentro do quadro de candidaturas já conhecidas à Presidência da República, toma corpo a tese levantada por parlamentaristas e presidencialistas de que o maior beneficiário do mandato de 5 anos para o presidente José Sarney será o ex-governador Leonel Brizola (PDT). Se as eleições presidenciais coincidirem com a escolha de prefeitos, vereadores e deputados estaduais em 1988, os candidatos do PMDB ou PFL sairiam na frente, pois se beneficiariam com a mobilização dos diretórios municipais que carrearão votos para as duas legendas. Mas com o mandato de 5 anos se confirmará o episódio da "eleição solteira" só para presidente em 1989, deixando Brizola em vantagem, mesmo porque os pedetistas propagam que o maior cabo eleitoral do candidato hoje chama-se José Sarney.

Para justificar esta tese, o parlamentarista Fernando Lyra (PMDB/PE) argumenta que o desgaste do governo Sarney em 1988 será enorme, mas muito maior em 1989, com reflexos para o PMDB, e o candidato Leonel Brizola se beneficiaria justamente desta crise para fomentar sua campanha rumo ao Palácio do Planalto. "Eu sempre disse que Brizola só seria candidato com êxito com a ocorrência de um espasmo de desesperança, de total apatia da sociedade, de que se voltaria na direção de um líder carismático e populista. Isso pode acontecer agora", prevê um dos principais articuladores do Parlamentarismo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE).

Os pedetistas reconhecem que o candidato do partido seria favorecido com a fixação do mandato do presidente José Sarney em 5 anos, mas garantem o voto pelos 4 anos em ple-

nário desde o início da discussão sobre o assunto na Constituinte. O deputado Luis Salomão (PDT/RJ) concorda que se confirmarem a eleição solteira em 1989, os vereadores ou deputados estaduais eleitos em 88 vão se compor de acordo com as plataformas das campanhas presidenciais e não em função da disciplina partidária. Mesmo assim ele defende os quatro anos para o presidente Sarney, porque acredita que o País "não resistirá a mais um ano de des-governo e crises generalizadas".

Mesmo com o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, os constituintes acreditam que, após a promulgação da nova Constituição, as candidaturas à Presidência da República serão mais explícitas, será a largada para as campanhas à sucessão, como diz o deputado José Genoíno (PT/SP). "Os candidatos terão de se projetar enquanto alternativa para o quadro de crises que tende a se agravar com o alongamento do mandato do presidente Sarney. Mas cuidarão de implementar campanhas mais programadas, com lançamento homeopático".

Enquanto o ex-governador Leonel Brizola deverá explicitar mais sua candidatura, por outro lado os peemedebistas Mário Covas, Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Orestes Quêrcia tendem a recuar, por enquanto, com a fixação de cinco anos para duração do mandato do presidente Sarney, embora Quêrcia não perca tanto quanto os outros. Com este raciocínio, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, observa que "não tem sentido permanecer candidato por dois anos inteiros". Ele acredita que se passasse os 4 anos hoje, as campanhas começariam com toda força após a promulgação da Constituição, mas com 5 anos, ninguém fala em candidatura agora.

— A aprovação de 5 anos para o presidente Sarney, vai provocar o arrefecimento das candidaturas de Ulysses Guimarães, Quêrcia, e Aureliano Chaves à Presidência da República — diz Egídio Ferreira Lima.

Com a definição dos 5 anos para o atual mandato presidencial, a discussão passa para a fórmula e data de implantação do Parlamentarismo. Atualmente existem três propostas em debate para ser decididas no plenário da Constituinte. A que reúne mais chances de aprovação é a que já está consagrada no texto do projeto de Constituição elaborado pelo relator Bernardo Cabral, que prevê a implantação do novo sistema imediatamente após a promulgação da nova Carta.

O líder do PCB, Roberto Freire, revela que a tendência mais forte hoje nos setores parlamentaristas é de aprovar a implantação imediata do novo sistema de governo, e anuncia que seu partido iniciará uma grande campanha, a nível nacional, para garantir que a mudança passe a virar tão logo seja promulgada a nova Constituição.

Entre as duas propostas de implantação gradualista do Parlamentarismo, ao longo dos dois anos que restam de mandato do presidente Sarney, uma já foi abandonada pelos articuladores do novo sistema. De autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG) a fracassada sugestão de 6 anos de mandato para o Presidente com adoção do Parlamentarismo no último ano, sequer é cogitada hoje. Uma outra, semelhante, começa a ser requeitada pelos defensores do novo sistema e prevê a implantação imediata após promulgação da nova Carta, mas o Gabinete não sofreria censura nem a Câmara seria dissolvida dentro de um período de 12 meses de carência. "Esta é a alternativa mais provável", prevê o deputado Egídio Ferreira Lima.



Quêrcia: jogar no certo

A cautela de Quêrcia

São Paulo — Apesar da cautela com que Orestes Quêrcia reage quando indagado sobre sua condição de candidato à sucessão do presidente Sarney, existem poucas dúvidas de que seu nome fatalmente integrará qualquer lista de postulantes do PMDB. E mesmo se ele preferir tratar do tema com discrição, há companheiros mais ousados. O governador do Rio de Janeiro, por exemplo, já anunciou publicamente que pretende apoiar seu colega de São Paulo.

A estratégia de Quêrcia desta vez difere da adotada quando pleiteou a legenda do partido para disputar o Governo do estado. Seu projeto de chegar ao Palácio dos Bandeirantes — sede do Governo paulista — era conhecido desde o começo da gestão de Franco Montoro, de quem foi vice-governador.

Para disputar a Presidência, ele tem ampliado sua base de sustentação política. Aproximou-se, por exemplo, de setores mais à esquerda do partido, como os governadores Waldir Pires e Miguel Arraes. Para isso, teve o apoio de seu vice, Almino Affonso. Esse contato poderá levar à composição de uma chapa com o governador da Bahia para vice-presidente. O perfil da dobradinha preencheria requisitos regionais e políticos.

Mas não é somente entre os políticos que o governador de São Paulo procura ampliar suas alianças. Desde que assumiu o cargo tem procurado se aproximar da influente Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. A entidade dividiu-se na eleição pelo Governo entre Paulo Maluf e Antônio Ermírio de Moraes. Mas agora tem dado sinais claros de que aceita se aproximar de Quêrcia.



Se não sair pelo PMDB, Covas terá o MUP

Covas espera uma legenda

Dono de oito milhões de votos, obtidos nas últimas eleições para senador, o engenheiro Mário Covas, de 57 anos, figura em lugar de destaque na lista dos presidenciais. Mas a sua ascensão ao time das estrelas de primeira grandeza da política nacional não foi resultado apenas da performance eleitoral em São Paulo. Foi com bem menos votos — 143 —, conseguidos em sua eleição para a liderança do PMDB na Constituinte, que ele deu a largada definitiva para posicionar-se entre os primeiros colocados na corrida presidencial.

Aos que o provocam a respeito, Covas tem reiterado que não é candidato à Presidência da República. Ele estaria postulando mesmo seria o Governo de São Paulo, na sucessão de Orestes Quêrcia. O desmentido, contudo, não passa de uma posição tática, destinada a evitar desgastes desnecessários que venham a prejudicar o objetivo imediato do seu grupo: assumir o controle do PMDB na convenção do próximo ano ou, em caso de fracasso nesta primeira tentativa, organizar uma nova legenda para disputar o Palácio do Planalto. O embrião do novo partido, que será socialista e de oposição, já tem até sigla: é o dissidente MUP.

A escalada do senador de oito milhões de votos à Presidência não tem sido feita apenas de avanços. Ele já foi pole position, ao derrotar o multipresidente Ulysses Guimarães e o próprio Sarney na eleição para a liderança do PMDB. Conseguiu manter-se na frente quando privilegiou as facções progressistas na composição das comissões da Constituinte. Soube aderir à avalanche parlamentarista no momento certo. Mas sofreu um sério revés ao jogar todo o seu peso político na frustrada tentativa de ressuscitar

tar a campanha das diretas-já.

Covas estava em baixa na bolsa de cotações presidenciais quando um problema cardíaco o retirou da cena política por quase quarenta dias. Politicamente falando, foi providencial. Quando deixou Brasília, a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney estava praticamente assegurada e o deputado Ulysses Guimarães conduzia com êxito um processo de isolamento das esquerdas. Ao retornar, a situação tinha mudado bastante: parlamentares até então umbilicalmente governistas, como o senador José Richa, tinham aderido à tese das diretas-88, e o Governo atravessava momento de profundo desgaste político. Ao mesmo tempo, frutificava a estratégia que deixara montada no sentido de assegurar uma feição progressista à Comissão de Sistematização.

Hoje, se ainda não admite claramente a candidatura, o senador paulista deixa uma porta aberta ao afirmar que "a palavra nunca não existe em política". Desde que ocorram as "condições políticas propícias", ele não afasta a hipótese de pleitear a sucessão de Sarney. Reconhece, contudo, que o seu partido atravessa uma fase difícil e está fraco na disputa presidencial: "O que não significa dizer que estamos inabilitados". Quanto a mudar de legenda, a sua reação é tática: "Não penso nisto".

Mas se chegar mesmo ao poder, Covas já tem alguns planos definidos. Ele pretende seguir o modelo que adotou na Prefeitura de São Paulo. E relaciona os contornos filosóficos de sua administração: "Respeito à cidadania, diálogo com a sociedade, ênfase à questão social e encurtamento da distância entre as camadas mais humildes e as mais abastadas da população".



Cardoso: faltam votos

Cardoso não tem espaço

—Eu não sou candidato a nada. Até porque já há candidatos em demasia.

A afirmação é do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, mas não significa grande coisa. Afinal, sempre que se fala em sucessão presidencial, o seu nome aparece entre as alternativas viáveis para a conjuntura atual.

E verdade que este sociólogo de 56 anos, um dos bom votados da Constituinte (sete milhões de votos), tem mais perfil de primeiro-ministro, pelo menos dentro dos padrões caudilhescos do Brasil. Ele não é exatamente o tipo de político carismático capaz de empolgar as massas. Num círculo mais restrito, contudo, costuma impressionar. Especificamente dentro do Congresso, movimentava-se com tal desenvoltura entre todas as facções que não é difícil imaginá-lo articulando a formação de gabinetes sob o parlamentarismo que está ajudando a aprovar.

Na corrida presidencial, o grande erro de Fernando Henrique foi ter trocado o Rio de Janeiro, onde nasceu, por São Paulo. São tantos os candidatos paulistas, todos peso-pesados, que ele só teria chances se, por algum acaso do destino (e a política costuma produzir surpresas), Ulysses, Covas e Quêrcia fossem afastados da disputa. E isto apenas para falar nos peemedebistas mais fortes.

O excesso de candidatos em seu Estado também reduz as chances do senador para a Vice-Presidência da República. Se o cabeça de chapa for paulista, o vice será inevitavelmente um político de outra região, provavelmente nordestino. Algo assim como a dobradinha Covas/Fernando Collor de Melo.